

50 ANOS NO CORACÃO DO PAÍS

O projeto de interiorizar a capital do Brasil, que atravessou o Império e a República antes de se realizar em 1960, graças à determinação de Juscelino Kubitschek e de seus companheiros de saga, trouxe para o coração do país o Congresso Nacional, cujo edifício é um dos símbolos monumentais de Brasília. Neste caderno especial, o **Jornal do Senado** celebra as cinco décadas em que a capital e o Congresso souberam superar os desafios para se firmarem, de forma definitiva, no epicentro político do Brasil.

ARQUIVO PÚBLICO DO DF



Operário desce escadinha improvisada na cúpula do Senado. Na inauguração de Brasília, muita coisa ainda precisava ser feita. No Plenário, por exemplo, havia apenas um microfone na primeira sessão plenária. 5

ARQUIVO PÚBLICO DO DF



Oscar Niemeyer, Israel Pinheiro e Lúcio Costa discutem com Juscelino Kubitschek os planos de construção da Praça dos Três Poderes. JK concretizou a mudança da capital, idealizada desde o Império. 2 a 4

ABR/ARQUIVO



Nesses 50 anos de Brasília, o Congresso sofreu nos anos da ditadura, sendo até fechado. Mas acolheu e refletiu a pressão da sociedade na Constituinte. 8

ANA VOLPE



Funcionários pioneiros do Senado, como Antonio Araújo da Costa, lembram as dificuldades dos primeiros meses vivendo e trabalhando na nova capital. 7



2



Os inconfindentes mineiros propõem transferir a capital, do Rio de Janeiro para São João del-Rei (MG), quando o Brasil se transformar em República

1792



William Pitt, primeiro-ministro do Reino Unido, sugere aos aliados portugueses a transferência da capital, do Rio de Janeiro (para onde tinha fugido a Corte) para o interior, por razões de segurança, sugerindo o nome de Nova Lisboa

1806



Hipólito José da Costa defende, em artigos assinados no *Correio Braziliense* (editado em Londres), "a interiorização da capital do Brasil, próxima às vertentes dos caudalosos rios que se dirigem para o norte, sul e nordeste"

1813



José Bonifácio de Andrada e Silva apresenta na Assembleia Constituinte do Império do Brasil a "Memória sobre a necessidade e meios de edificar no Brasil uma nova capital"

1823



Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, inicia a divulgação de uma série de trabalhos em defesa da interiorização da capital

1834

Senador Holanda Cavalcanti apresenta projeto de lei para mudar a capital, que não foi aprovado

1852

Visconde de Porto Seguro envia carta ao ministro da Agricultura, Tomaz Coelho, com estudos sobre o Planalto Central, região considerada indicada para implantação da nova capital

1877

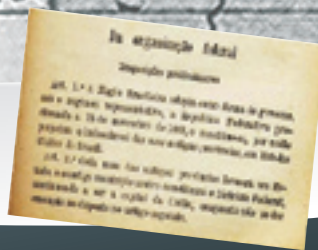
O caminho da MUDANÇA



DIEGO LARTE/GDF



ARQUIVO PÚBLICO DO DF



Constituição republicana provisória prevê que "se o Congresso resolver a mudança da capital", um território deverá ser desmembrado dos estados para formar o futuro Distrito Federal

1890

A nova Constituição dispõe no artigo 4º que "será transferida a capital da União para um ponto central do Brasil", dando ao presidente da República a atribuição de tomar as medidas necessárias para cumprir a determinação

1934

Epitácio Pessoa lança, na cidade de Planaltina (então em Goiás), a pedra fundamental da futura capital, como previa Decreto 4.494, de 18 de janeiro de 1922

Relatório da Comissão Cruls demarca a área de 14.400 km² e atesta as condições propícias oferecidas pela região para a construção da nova capital

1922

Criada a Comissão Cruls, sob a chefia do engenheiro belga Louis Cruls, para estudar e demarcar a área do futuro DF

1894

Artigo 3º da primeira Constituição republicana diz que "fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km², que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal"

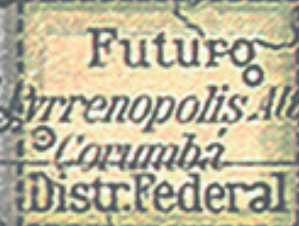
1892

1891

Brasília, ou pelo menos o conceito de uma nova capital no interior do país, nasceu muito antes de 1960. A ideia já existia no ideário dos inconfindentes mineiros, no final do século 18, e esteve presente na cena política, com maior ou menor intensidade, durante todo o Império e a República. Hipólito José da Costa, no exílio de Londres, bradava por uma nova capital para o futuro Brasil independente. José Bonifácio, o Patriarca da Independência, apresentou um plano

aos constituintes, em 1823. Francisco de Varnhagen – militar, como tantos outros nomes associados à transferência da capital – fez elaborados estudos no Segundo Império. As constituições republicanas falavam, em tese, sobre a mudança. Mas foi só a partir da década de 1950 que, bafejado pelos novos ventos que sopravam mundo afora, o Brasil despertou para a importância de levar a capital para o interior e, assim, conquistar de forma efetiva o vasto território que só era seu nos livros de geografia.

No *Pequeno atlas do Brasil*, de 1922, o espaço destinado ao futuro DF já aparecia dentro de Goiás



Engenheiro Coimbra Bueno apresenta ao presidente Getúlio Vargas memorial em defesa da retomada da questão da interiorização da capital da República

1939



Getúlio lança, em Goiânia, o movimento mudancista "Cruzada Rumo ao Oeste"

1940

Assembleia Geral do IBGE aprova resolução que defende a necessidade de interiorizar a capital, como medida de segurança nacional, "para o Planalto Central de Goiás, perto da cidade de Formosa, onde já está demarcada a área do futuro Distrito Federal"

1945



A quarta Constituição republicana prevê, no artigo 4º do Ato das Disposições Transitórias: "A capital da União será transferida para o planalto central do país". O presidente Eurico Gaspar Dutra cria a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil

1946



Comissão entrega relatório que mantém a localização na mesma região demarcada pela Comissão Cruls, aumentando a área em 77.000 km²

1948

Dutra envia ao Congresso Nacional Mensagem 293, de 21 de agosto de 1948, sobre a matéria

1948

EU ME LEMBRO

“

Diante da decisão de transferir a capital da República para Brasília, havia no Rio de Janeiro frustração e perplexidade porque ninguém queria essa mudança. Ao mesmo tempo em que as pessoas tinham um sentimento de patriotismo e conformidade com a transferência, também havia uma grande tristeza pela possibilidade de o Rio de Janeiro perder *status* e prestígio. A população era contra, assim como a imprensa e a opinião pública em geral.

A segunda fase da transferência foi justamente o desprestígio do estado. A fusão do estado da Guanabara – que tinha apenas 1.100 km² – com o antigo estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1974, foi a consequência natural desse processo, sendo muito benéfica para manter viva a qualidade de centro cultural do Rio de Janeiro. Após esse momento, três governadores foram muito importantes para que o estado se mantivesse forte: Carlos Lacerda, Francisco Negrão de Lima e Francisco de Pádua Chagas Freitas.



Senador Paulo Duque
(PMDB-RJ)

”

JK

ASSUME A MISSÃO

Construir Brasília não estava, literalmente, nos planos e metas de Juscelino Kubitschek quando ele decidiu concorrer à Presidência. Mas tudo isso mudou depois do já célebre comício de Jataí (GO), quando JK, diante da pergunta de Antônio Soares Neto, o Toniquinho, teve que assumir o compromisso público de cumprir o dispositivo sobre a mudança da capital, que, de uma forma ou de outra, sempre fez parte de todas as constituições republicanas. Seus antecessores Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas e Café Filho tomaram algumas medidas administrativas para fazer andar a ideia, como criar a comissão encarregada de definir a nova localização da capital “no planalto de Goyaz”. Juscelino não fugiu do desafio e enfrentou tenazes críticos, especialmente dentro do Congresso Nacional, onde a oposição a seu governo lutou, até o último cartucho, contra a decisão de levar a capital federal para o ermo Cerrado goiano.

Fotos: Arquivo Público do Distrito Federal, Wikipedia Commons e Câmara dos Deputados

Lei 1.803 autoriza o Executivo a realizar, no prazo de três anos, estudos definitivos para a localização da capital, no chamado “Retângulo do Congresso”

5-1-1953

Decreto constitui Comissão de Localização da Nova Capital (CLNC), que realiza levantamentos e estudos aerofotográficos da região

8-6-1953



da área da futura capital federal

11-12-1954

Presidente Café Filho assina decreto que, entre outras providências, dá à comissão poderes para elaborar plano de desapropriação



primeiros passos para a construção da futura capital do Brasil”

4-4-1955

No histórico comício em Jataí, JK assume o compromisso de dar “os

A CLNC escolhe a área da nova capital, medindo 5.850 km², entre os rios Preto e Descoberto e os paralelos 15°30' e 16°03'. Foi determinado o local entre Ribeirão Bananal e o Córrego Fundo

15-4-1955

A SAGA DA

CONSTRUÇÃO

A tarefa era enorme, mas JK, em um misto de competência, inspiração e sorte, se cercou de brasileiros destinados ao panteão dos grandes. De Lúcio Costa, recebeu o projeto urbanístico da nova capital, revolucionário, ousado e arrebatador. De Oscar Niemeyer, os traços que deram imponência, beleza e eternidade aos monumentos centrais. De Israel Pinheiro, a capacidade de organização e a liderança. De Bernardo Sayão, a ousadia e a tenacidade dos pioneiros. Virtudes que tão bem se mesclaram ao sangue e ao suor dos verdadeiros heróis dessa saga moderna: os candangos.



Os escudeiros de JK



Lúcio Costa (1902-1998)
Nascido em Toulon, na França, o filho de brasileiros que voltou ao país na adolescência logo se tornou um dos mais brilhantes arquitetos do país. Foi o autor do projeto do Plano Piloto de Brasília, assim definido pelos julgadores do concurso internacional: "Claro, direto, fundamentalmente simples, novo, aberto e livre, disciplinado sem ser rígido. Tem o espírito do século 20". Mais do que isso, suas superquadras são a essência da inovação que sintetiza Brasília.

Oscar Niemeyer (1907-)
Responsável pelos mais expressivos monumentos da nova capital, o carioca que se formou em Arquitetura em 1934 tem obras espalhadas por mais de uma dezena de países. Amigo e seguidor de Lúcio Costa, discípulo de Le Corbusier, Niemeyer, ao valorizar o ângulo futurista concretista em seus projetos, tornou Brasília a capital mais arrojada do mundo e detentora de um acervo arquitetônico contemporâneo sem equivalentes.

Israel Pinheiro (1896-1973)
Pró-mudança da capital, experiente em obras, enérgico, de pouca conversa e muita ação. O perfil do engenheiro e deputado federal por Minas Israel Pinheiro era perfeito para a missão que JK queria lhe confiar: presidir a Novacap e comandar a construção de Brasília. Faltava o convite. Em um voo de Belo Horizonte ao Rio, JK enrolou, enrolou, até que Israel, cansado de esperar, decretou: "Está bem, Juscelino. Eu aceito".

Bernardo Sayão (1901-1959)
O carioca que adotou o Centro-Oeste como sua casa foi um bandeirante moderno. Defensor apaixonado da mudança da capital, Bernardo Sayão foi um dos primeiros diretores da Novacap e mudou-se com a família para o Cerrado. Entrou para a história com sua última realização: a construção da Belém-Brasília. Morreu atingido por uma árvore em Açailândia (MA), a apenas 50 quilômetros para a conclusão da estrada.

15 mil toneladas

de aço foram importadas dos Estados Unidos e utilizadas na construção dos ministérios e do prédio do Congresso

40 meses

é o tempo que Brasília levou para ser construída até a sua inauguração

30 mil operários

e 200 máquinas trabalharam em turnos ininterruptos para erguer monumentos e edifícios, como o Congresso Nacional, com quase 300 mil m² de construção

US\$ 8,85 bilhões*

O custo total da construção de Brasília é, hoje em dia, difícil de se definir com segurança. Dois cálculos apontam este como o montante gasto pelo governo, em valores atualizados

* Valor atualizado, levando em conta a desvalorização do dólar no período. Em abril de 1966, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, declarou que a construção de Brasília custou US\$ 1,6 bilhão. Em 1969, o ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, estimou em US\$ 1,5 bilhão.

Fotos: Arquivo Público do DF e Instituto Israel Pinheiro

O SENADO DE CASA NOVA

EU ME LEMBRO

//

O Congresso se transportara com suas instalações e seus funcionários para Brasília. As grandes dificuldades não estavam na rotina parlamentar, mas na vida na cidade, ainda sem asfalto em suas principais vias, sem confortos, com dificuldades de abastecimento, poucas opções de colégio para nossos filhos.

O Congresso apoiou JK, que tinha maioria, e fui um dos poucos deputados da UDN a participar desse apoio, ao lado de Emival Caiado, Edilson Távora, Seixas Dória e Ferro Costa. Tinha um pouco da visão intelectual de Hipólito José da Costa, que via o centro geográfico como capital, e dali se irradiando uma nova frente de crescimento do interior do Brasil, com repercussões que iriam à Amazônia e ao Nordeste.

Depois da inauguração, a vida parlamentar continuou normalmente, muito mais afetada pelo novo modo de governar trazido por Jânio Quadros. Eu era um dos vice-líderes da UDN, e vivia momentos de grande esperança, que desabaram com o gesto inexplicável – embora tão explicado – da renúncia.



Senador José Sarney (PMDB-AP)



Brasília nasceu em 21 de abril de 1960, mas só na manhã seguinte a festiva sessão inaugural do Congresso o Senado realizou sua primeira sessão de trabalho, sob a presidência de Filinto Müller. Apenas o prédio onde fica o Plenário estava parcialmente concluído. Senadores, funcionários e jornalistas sentiram o choque do enorme desafio que os esperava com a mudança para a nova capital. Obras de acabamento ainda estavam em execução. Serviços indispensáveis para o funcionamento não ficaram prontos a tempo, como o sistema de som, campanhas, telefones e ar-condicionado. Havia um único microfone no Plenário. Ordens do dia e avulsos dos projetos chegavam ao Plenário

ainda "quentes" das máquinas da Imprensa Nacional.

Sempre cheias e ruidosas no velho Palácio Monroe, no Rio, as galerias eram um deserto. Quem já trabalhava na época resume: "Os senadores falavam para as paredes". Por isso, pouco vinham a Brasília. Havia muita falta de quorum e, além da ausência da fiscalização do eleitor nas galerias, o trabalho não repercutia muito porque faltava uma boa cobertura jornalística.

O Anexo 1, de 28 andares, onde se localizariam os serviços administrativos, ainda estava em obras e foi preciso achar um espaço provisório e precário, no bloco do Plenário. Só em setembro, mesmo assim em meio a obras, o anexo pôde ser utilizado. Porém, sem o funcionamento regular de elevadores. Foram assim os primeiros dias, os dias dos pioneiros (veja mais na página 7).



De fraque e acompanhado por deputados e senadores, o vice-presidente João Goulart (centro, ao lado de JK e de Israel Pinheiro) sobe a rampa para presidir a sessão de instalação do Congresso Nacional, no plenário da Câmara (foto maior).



Palácio Monroe, nos tempos em que era considerado um orgulho nacional

Adeus, Monroe

Inaugurado em 1906, o Palácio Monroe sediou o Senado de 1925 a 1960. Por sugestão do Barão do Rio Branco, foi batizado em homenagem a James Monroe, presidente norte-americano defensor da política de

não intervenção. Com a inauguração de Brasília, o palácio passou a sediar o Estado-Maior das Forças Armadas. Em 1974, uma campanha pediu a demolição do prédio, acusado de atrapalhar o trânsito e as obras

do metrô. Apesar da defesa feita por vários órgãos, entidades e senadores como Danton Jobim e Marcos Freire, o então presidente Ernesto Geisel autorizou sua demolição em 11 de outubro de 1975.

Fotos: Arquivo Público do Distrito Federal e Wikipedia Commons (Palácio Monroe). Revista Manchete (reprodução)

Governador de Goiás, Juca Ludovico, assina decreto declarando "de necessidade e utilidade públicas e de conveniência ao interesse social, para posterior desapropriação" a área que se destinou ao novo DF

JK envia ao Congresso a Mensagem de Anápolis, onde cria a Novacap e propõe que a nova capital denomine-se Brasília

Sancionada a Lei 2.874 (Mensagem de Anápolis), aprovada um dia antes pelo Senado

Lançado o Concurso Nacional do Plano Piloto da nova capital do Brasil

JK faz sua primeira visita ao local onde seria construída a nova capital

Inaugurado o Palácio do Catetinho, residência provisória para o presidente

Transferência para a União de 30,9 mil alqueires de Goiás para abrigar a nova capital

Comissão Julgadora do Concurso do Plano Piloto indica vencedor o projeto de Lúcio Costa

Sancionada a Lei 3.273, do deputado Emival Caiado (UDN-GO), que fixou em 21 de abril de 1960 a transferência da capital para Brasília

Criado o Núcleo de Apoio Pioneiros – a Cidade Livre, hoje conhecida como Núcleo Bandeirante –, para abrigar e dar suporte aos operários

Inauguração da Igreja Nossa Senhora de Fátima, primeiro prédio de Brasília, na EQS 307/308

Inauguração do Palácio da Alvorada, com as colunas imortais de Niemeyer e a escultura "As Iaras", de Alfredo Ceschiatti

Abertura da Rodovia Belém-Brasília

Termina o enchimento do Lago Paranoá

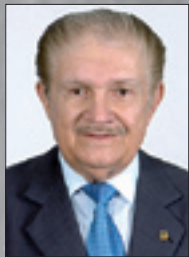
Missa solene de ação de graças é realizada, à noite, em frente ao Supremo Tribunal Federal

Brasília é inaugurada. Em sessão simultânea, são instalados o Supremo Tribunal Federal, o Congresso Nacional e o Poder Executivo

EU ME LEMBRO

//

Naquela época, a Comissão do DF tinha se tornado o repositório das esperanças da população. Representantes das cidades-satélites traziam à comissão seus pleitos. Desempenhei meu trabalho com muito equilíbrio. Por ser do Ceará – que, ao lado de Goiás e Minas Gerais, formaram a base da população do DF –, tive prazer em assumir essa tarefa. Recebi de Brasília todas as recompensas e congratulações a que um homem público pode fazer jus. Como último presidente da comissão, entreguei, em 1º de janeiro de 1991, a José Ornellas, presidente da recém-instalada Câmara Legislativa, a chave daquela Casa, concluindo minha missão na vida legislativa do DF.



Ex-senador e deputado
Mauro Benevides (PMDB-CE)

//

A VOZ DE
BRASÍLIA

Quando era no Rio de Janeiro, o Distrito Federal contava, desde a sua criação, em 1891, com Poder Legislativo próprio: a velha Câmara Municipal. Brasília, não. Ela nasceu sem direito a representação política. Só em 1986 foram eleitos os primeiros congressistas pelo DF (8 deputados e 3 senadores), para participar da Assembleia Nacional Constituinte. A nova Carta Magna deu a tão sonhada autonomia política aos brasilienses e marcou para 1990 a escolha do primeiro governador e dos 24 deputados distritais.

Enquanto isso não aconteceu, o Senado assumiu, a partir da Constituição de 1967, a tarefa de produzir leis para Brasília, reforçada substancialmente pela Carta de 1988, que conferiu ao Senado as funções da Câmara Legislativa do DF, até que essa fosse instalada.

Para que o Senado desempenhasse com êxito essa tarefa, foi fundamental a atuação da Comissão do DF (*foto maior*), que centralizava o exame inicial das matérias. Além de analisar propostas de interesse local, em alguns casos em caráter terminativo, cabia também à comissão (entre 1988 e 1990) promover audiências públicas, receber reclamações da população contra atos ou omissões de integrantes da administração e solicitar depoimentos de autoridades e cidadãos.

Ao final desse período, a Comissão do DF havia analisado mais de 80 propostas, das quais 59 transformadas em leis e 16 enviadas à Câmara Legislativa.



Plenário da Câmara vive momento de tensão com a notícia do AI-2, em 1965

ARQUIVO CÂMARA

AMORDAÇADO

Após o Golpe de 64, o Congresso continuou “funcionando”, embora muito desfigurado (só na primeira lista de cassações havia 41 deputados federais). Nas listas subsequentes, senadores também perderiam os mandatos e os direitos políticos, como João Abrahão, Pedro Ludovico e Juscelino Kubitschek. Os projetos eram aprovados sem o voto dos congressistas. O decurso de prazo, manobra criada pelo governo, inviabiliza qualquer tentativa de emendas às propostas oficiais. As cassações prosseguiram em

1965 até que, após perder as eleições em Minas Gerais e Rio de Janeiro, o presidente Castello Branco baixa o Ato Institucional 2, que extinguiu os partidos políticos e estabelecia eleições indiretas para presidente. A situação chega a tal ponto que, em 1966, até as mais moderadas lideranças do Congresso reclamam das seguidas cassações. Em represália, Castello Branco fecha o Parlamento por um mês. Quando reabre, só no ano seguinte, o Congresso já é uma Casa amordaçada e de mãos atadas.

A conquista da representação



Cristovam Buarque (PDT)

“Durante anos, a população do DF foi a única cassada do direito de voto. A situação se prolongou por tantos anos porque a cidade estava em construção e a população era

muito pequena, só começou a crescer realmente na década de 1970. Quando o Rio era a capital, escolhia vereadores e prefeito. Lutei pela autonomia do DF desde que cheguei à capital, em 1979. Brasília, depois de muita luta, conseguiu o direito de votar para escolher seus representantes na Câmara, no Senado e os representantes no governo local. Para a cidadania dos moradores, o direito de voto é fundamental, ainda que – como o DF o tem há pouco tempo – as pessoas não o utilizem tão bem. Mas a única maneira de usar bem é continuar usando.”



Adelmir Santana (DEM)

“Cheguei a Brasília em 1963, quando a cidade tinha prefeitos escolhidos pelo presidente. A população iniciava movimentos que culminaram na formação dos

conselhos de representantes nas cidades satélites, para reivindicar melhorias. Estive à frente do conselho de Sobradinho. Os movimentos ganharam a adesão de associações de classe e sindicatos, sendo liderados pela associação comercial, até conseguirmos a representação política como um todo, com a Constituição. O voto traz compromissos do eleito com os que o elegem, ainda que esses muitas vezes não assumam a responsabilidade de votar conscientemente. Por isso, a preocupação deve ser com a educação dos cidadãos.”



Gim Argello (PTB)

“Eu cresci entre Taguatinga e Ceilândia e, na minha juventude, percebi a importância de lutar pela autonomia política da capital. Os tempos eram

sombrios. Idealista, cheguei a ser detido por defender a Juventude Social-Democrata, em 1984. Defendi em praça pública a emancipação política de Brasília. Em seguida, vi Brasília ter voz política. Hoje, consolidada como a capital da República, temos que pensá-la para os próximos 50 anos, investir em educação de qualidade, criar condição de sustentabilidade e distribuição de renda. Como senador, luto pelo desenvolvimento do Distrito Federal e pela igualdade social.”

PIONEIROS NA AVENTURA



FOTOS: ANA VOLPE

Cidade conquistou a bibliotecária

Aprovada em concurso para o Senado em 1956, Elsita Coelho só foi chamada para assumir o cargo em março de 1957. Cursava Biblioteconomia e pediu para ser lotada na Biblioteca do Senado. Em 9 de maio de 1960 desembarcava com a primeira leva de servidores em Brasília, que já havia conhecido meses antes, em uma experiência que ela nunca esqueceu.

– Do quarto do hotel, mesmo de madrugada, vimos a cidade sendo construída. Era uma coisa fantástica. Os candangos trabalhando dia e noite, era uma coisa fenomenal, sabe? Aí foi definitivo: é nesta cidade que nós queremos morar – recorda-se a ex-servidora.

Deixar o Rio era uma pena, admite Elsita, mas ela e o marido – médico recém-formado – não tinham motivos para não aceitar a convocação.

– O aeroporto era uma casa de madeira. Nos deram um apartamento de sexto andar na 106 Sul. Lembro que eu tinha 11 goteiras... – conta ela.

Elsita, voluntária na campanha presidencial de JK, se empolgou com a ideia da mudança da capital.

– Não me sentia nem carioca, nem gaúcha, nada. Era apenas brasileira. Aqui você era amiga de nordestinos, gaúchos, mineiros, goianos.

Da vidinha no Rio para o Cerrado

Funcionário desde 4 de outubro de 1956, ainda nos tempos do Palácio Monroe, Antonio de Araújo Costa achava que vir para Brasília mexeria demais com a tranquila vidinha de solteiro que ele levava no Rio de Janeiro. Acabou incluído na primeira leva de transferidos.

Como Elsita Coelho, Antonio esteve em Brasília em setembro de 1959 e viu os ministérios ainda só na estrutura metálica. Não achava possível que a nova capital ficasse pronta a tempo da inauguração.

– No dia 1º de maio, chegava da praia quando recebi o aviso. Teria que estar em Brasília no dia 8, uma semana para fazer a mudança.

Antonio pediu um quarto e sala para morar, mas recebeu um dois quartos na 106 Sul. A precariedade de tudo na

cidade o assustou.

Vinha para o trabalho em um ônibus que passava pelas poucas quadras habitadas recolhendo funcionários do Senado e da Câmara. No Congresso, lembra que tudo era “muito apertado”.

– Não havia gabinetes de senadores. Eram só poucas salas em volta do Plenário, tanto da Câmara como do Senado – conta o pioneiro, que matava o tempo jogando buraco e pif paf com os vizinhos.



Uma chance de voltar às origens

A jovem advogada Sarah Abrahão, auxiliar legislativa contratada em junho de 1960, vibrou com a transferência para Brasília. Era a chance de ficar mais perto de sua cidade natal, Catalão (GO).

– Tinha uma vontade muito grande de voltar às origens, e Brasília era essa oportunidade – recorda-se a servidora, aposentada desde 1980.

Na época, eram pouco mais de 300 os funcionários do Senado. “Era como se fosse uma cidadezinha do interior, em que todo mundo se conhecia. Na fila do supermercado, a gente encontrava com um, com outro, batia papo, contava histórias.”

Mais do que voltar às origens, a mudança deu a Sarah a chance de uma ascensão funcional inesperada. Logo era assessora especial do presidente Auro de Moura Andrade. “Nem eu mesma acredito. Até hoje fico imaginando como consegui isso”, diz ela.

Dezenas de carros estacionados no Eixão, na tarde de 21 de abril: todo mundo queria conhecer os primeiros blocos de apartamentos prontos, na Super Quadra Sul 107

Rádio mudou destino de Bina

Espedito Bina estava vendendo batatas no meio da rua em Arapiraca (AL), quando ouviu a rádio anunciar: “Vai ter uma capital no estado de Goiás. Chama-se Brasília, vai ser inaugurada em 60”.

Foi a senha para a radical mudança de vida. Em poucos dias, vendeu o caminhão das batatas, juntou umas roupas e se meteu no primeiro voo de sua vida para o aeroporto (na verdade, um precário campo de pouso) da capital.

Ainda era 1959 e, como reforça Espedito, “nem JK ainda tinha chegado” à cidade. A primeira impressão apavorou o aventureiro. “Era raposa, bicho, tinha que estar acordando naquele meio de mundo. Eu digo: ‘Estou atolado. Mas eu já vim, vou enfrentar’. Aí enfrentei e estou na sua presença”.

Na Cidade Livre, ficou sabendo da novidade: “Lá no Senado estão aceitando gente



TV SENADO/REPRODUÇÃO

um atrás do outro”, disseram. Foi atrás da chance: “Quero trabalhar, com quem eu falo?”, perguntou ao homem com pinta de manda-chuva que encontrou.

– Trabalho em qualquer coisa que o senhor queira, no tanto que eu ganhe para comer, eu disse pro sujeito. Aí ele mandou eu entrar e vestir o macacão, tinha umas letras grandes, encarnadas, SF. Aí fiquei trabalhando – recorda o motorista que trabalhou no Senado de 1960 a 1991.



A CASA É DO POVO

O epicentro da capital é a Esplanada dos Ministérios, mais precisamente o gramado diante do Congresso Nacional. No prédio em forma de um gigantesco H não só acontecem as grandes decisões, mas para lá também convergem todos os movimentos sociais e políticos do país. O cinquentenário prédio do Congresso Nacional em Brasília passou pelas mais gratificantes e traumáticas experiências. Viu-se cercado por tanques de guerra, quando um golpe militar derrubou um presidente civil. Esvaziou-se das vozes de oposição sucessivamente caladas pelas cassações. Foi fechado e obrigado a engolir a usurpação de seus poderes constitucionais. Resistiu ao arbítrio para renascer com ímpeto e determinação no movimento das Diretas Já, que, mesmo derrotado em Plenário, venceu a batalha final de reinstalar a liberdade. Consagrou a vontade popular com a promulgação da Constituição de 1988. Decretou o *impeachment* de um presidente e saudou os eleitos seguintes, na já mais longa sucessão pacífica de poder dos tempos republicanos. Consolidou-se, enfim, como a Casa da Democracia, sempre em busca de redimir seus erros para o bem do Brasil e de seu povo.

EU ME LEMBRO

//

Como toda obra humana, é evidente, uma Constituição tem virtudes e imperfeições. As virtudes decorrem do contexto histórico em que são discutidas e votadas. No período 1987/88, aspirava-se, antes de tudo, à restauração plena das liberdades e das garantias individuais e à edificação de uma democracia sem adjetivos. As imperfeições derivam, observo como constituinte, do afã de tudo regular, consequência talvez da crença na onipotência do Estado. Daí a inserção de matérias inassimiláveis em qualquer constituição, algumas já corrigidas, como a fixação dos juros bancários. Não é exagero afirmar que a Carta de 1988, batizada Constituição Cidadã pelo presidente Ulysses Guimarães, ofereceu ao povo brasileiro a mais ampla Carta dos direitos individuais e coletivos e o mais completo conjunto de direitos sociais que o país conheceu. Cumpre, agora, completar a obra iniciada, que pressupõe a realização das reformas políticas. Sem elas não se assegura solidez às instituições brasileiras indispensáveis ao pleno travejamento da democracia.”



Senador Marco Maciel
(DEM-PE)

Visite o Congresso

O Senado realiza, em parceria com a Câmara dos Deputados, um programa de visitas guiadas ao Palácio do Congresso Nacional. Elas são diárias (inclusive nos finais de semana e feriados), das 9h30 às 17h, com saídas a cada 30 minutos. A entrada é feita pela rampa, na face do Palácio que fica voltada para a Esplanada dos Ministérios. Para visitantes individuais ou pequenos grupos, não é necessário agendamento prévio. Chegando ao Salão Negro, basta esperar o início da próxima visita guiada. Durante o roteiro pelos pontos principais do Congresso, guias treinados falam aos visitantes



Guias levam grupo de estudantes pelo Túnel do Tempo: visitas acontecem todos os dias, inclusive nos feriados

sobre a arquitetura do Palácio, a história, o papel, a estrutura e o funcionamento do Parlamento. Para mais informações, acesse: <http://www.senado.gov.br/visitecongresso> ou ligue (61) 3303-4671 ou 3303-1581.